

DIOVANE FRANCO

ADVOGADOS

EDIÇÃO 07 · 2026



INFORMATIVO MENSAL

Direito Ambiental & Agronegócio

Decisões comentadas, fiscalização e notícias para o produtor rural

EDIÇÃO DE

Julho de 2026

"Crédito travado, STF na pauta e embargo na mira: julho mostrou que regularidade ambiental deixou de ser opção."





NESTA EDIÇÃO

Sumário

1 Julgados do mês, comentados

23 decisões em 2 tribunais

2 Os números da fiscalização

Autuações e embargos do IBAMA e da SEMA-MT

3 Notícias do mês

8 notícias que afetam o produtor rural

4 Assessoria que protege

Por que contar com especialistas

23

DECISÕES

1.954

AUTUAÇÕES

8

NOTÍCIAS

— Editorial

Julho de 2026 consolidou-se como o mês em que o produtor rural sentiu, de forma simultânea, as pressões do crédito, da fiscalização e do contencioso constitucional. O Plano Safra 2026/27 trouxe mais recursos e juros menores, mas a liberação do financiamento está cada vez mais condicionada à regularidade ambiental — e o relatório do MapBiomas escancarou que alertas de satélite já funcionam como filtro bancário mesmo quando não há embargo formal. No Judiciário, o STJ afetou ao rito dos repetitivos a conversão de multa ambiental (Tema 1.447) e recebeu controvérsia sobre a obrigatoriedade de perícia em crimes ambientais, dois temas que repercutem diretamente na defesa de produtores autuados pelo IBAMA. O grande evento do mês, porém, foi a confirmação pelo STF da pauta de 12 de agosto para julgar a Lei Geral do Licenciamento Ambiental — um julgamento que definirá por décadas os limites entre simplificação e proteção. Em Mato Grosso, a SEMA-MT endureceu a rastreabilidade da cadeia madeireira, enquanto operações de campo mantiveram o ritmo de embargos e autuações em áreas de Bioma Amazônia. A mensagem do mês é clara: produzir exige, mais do que nunca, conformidade documental rigorosa e assessoria jurídica preventiva.

— Equipe Diovane Franco Advogados · OAB/MT 29.530

1. Julgados do mês, comentados

As 23 decisões ambientais analisadas pelo escritório em Julho. Toque em qualquer uma para ler o comentário completo no site.

TRF-1 · 01/07

TRF1 absolve produtor por ausência de prova judicial de autoria em crime ambiental

TRF1 absolve produtor rural do crime do art. 50-A da Lei 9.605/98 por ausência de prova judicial autônoma de autoria, revertendo condenação baseada apenas em documentos do IBAMA.

Art. 50-A da Lei 9.605/98

Autoria delitiva em desmatamento

[Ler no site >](#)

TJMT · 24/07

TJMT afasta validação prévia do CAR como condição para licenciar piscicultura

TJMT mantém decisão que afasta validação prévia do CAR como requisito para licenciamento ambiental de piscicultura, reconhecendo que a inércia estatal não pode travar atividade de interesse social.

cadastro ambiental rural

Licenciamento ambiental

[Ler no site >](#)

TRF-1

20 decisões

01/07

TRF1 absolve produtor por ausência de prova judicial de autoria em crime ambiental

TRF1 absolve produtor rural do crime do art. 50-A da Lei 9.605/98 por ausência de prova judicial autônoma de autoria, revertendo condenação baseada apenas em documentos do IBAMA.

Art. 50-A da Lei 9.605/98

Autoria delitiva em desmatamento

Crime ambiental

0021258-45.2017.4.01.3900

[Ler completo >](#)

02/07

Prescrição da pretensão punitiva impede perdimento de bens apreendidos pelo IBAMA

Justiça Federal de Barra do Garças/MT anula perdimento de bens apreendidos pelo IBAMA após reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, afastando a manutenção de sanção patrimonial contra terceiro sem prova de participação na infração.

Apreensão IBAMA

Boa-fé do terceiro

Perdimento de bens apreendidos

1000890-29.2025.4.01.3605

[Ler completo >](#)

03/07

TRF1 decide que prescrição da pretensão punitiva extingue o embargo ambiental

TRF1 julga IRDR sobre prescrição e embargo ambiental. Voto divergente fixa tese de que prescrição extingue embargo. Decisão vinculante pode beneficiar milhares de produtores rurais.

Direito ambiental do agronegócio

Embargo ambiental

IRDR TRF1

1008130-20.2025.4.01.0000 [Ler completo >](#)

06/07

Justiça Federal suspende reposição florestal cobrada pelo IBAMA vinte anos após o desmatamento

Justiça Federal em Marabá/PA suspende cobrança de reposição florestal de 87 mil m³ pelo IBAMA, reconhecendo irretroatividade da obrigação e regularização ambiental do imóvel com CAR, PRA e licença vigente.

CAR

Embargo ambiental

Irretroatividade da norma sancionadora

1006085-43.2026.4.01.3901 [Ler completo >](#)

07/07

TRF1 reconhece atividade de subsistência e afasta embargo ambiental em pequena propriedade

TRF1 manteve sentença que declarou inexigíveis embargos do IBAMA sobre propriedade rural, reconhecendo atividade de subsistência como excludente. Decisão publicada em 07/07/2026.

atividade de subsistência

Embargo ambiental

Exceção de subsistência no Decreto 6.514/08

1004445-02.2021.4.01.3603 [Ler completo >](#)

08/07

Justiça Federal julga improcedente ação civil pública por falta de nexo causal com o CAR

Justiça Federal do Pará julga improcedente ACP ambiental de R\$ 1,99 milhão por falta de nexo causal. CAR declaratório, pendente e sobreposto a terra pública não basta para condenar o réu por desmatamento.

Ação civil pública ambiental

cadastro ambiental rural

Inversao do onus da prova ambiental

1004770-17.2025.4.01.3900 [Ler completo >](#)

09/07

TRF1 acerta ao impedir que embargo de atividade se converta em embargo de área

TRF1 mantém liminar que afasta embargo de atividade (serragem de madeira) usado como embargo de área, liberando fazenda para crédito rural e comercialização de gado.

Crédito rural e embargo

Distinção entre embargo de atividade e embargo de área

efeitos extradominiais do embargo

1008199-18.2026.4.01.0000 [Ler completo >](#)

10/07

TRF1 anula autuação do IBAMA contra produtor rural vítima de invasões reiteradas

TRF1 manteve anulação de autos de infração e embargos do IBAMA contra produtor cuja propriedade foi invadida por terceiros que causaram queimadas e desmatamento. Decisão reafirma a subjetividade da responsabilidade administrativa ambiental.

Ausência de autoria e nexo causal

Auto de infração IBAMA

Embargo ambiental

0001434-85.2017.4.01.3905

[Ler completo >](#)

- 13/07** TRF1 reconhece que alegações de terceiro ou fotografia são insuficientes para fixar autoria
TRF1 manteve suspensão de autos de infração e embargos do IBAMA por ausência de prova documental da autoria. Declaração informal de terceiro e foto de contato telefônico não bastam para imputar infração ambiental.
[Auto de infração IBAMA](#) [Autoria da infração ambiental](#) [Embargo ambiental](#) 1024883-18.2026.4.01.0000
[Ler completo >](#)
- 14/07** Absolvição por falta de prova de autoria em crime ambiental reforça limites da persecução penal
Justiça Federal em Itaituba/PA absolve produtor rural de crimes ambientais por falta de prova de autoria. Vínculo possessório com a área e propriedade de gado não bastam para condenação penal.
[Autoria delitiva](#) [Contraditório judicial](#) [Crime ambiental](#) 1002465-75.2021.4.01.3908 [Ler completo >](#)
- 15/07** Reposição florestal e CAR validado não são requisitos para levantamento de embargo ambiental
Decisão de saneamento em Itaituba-PA aceita premissa do IBAMA de que reposição florestal e CAR validado são requisitos para levantamento de embargo ambiental. A exigência carece de amparo legal e confunde embargo com regularização completa.
[CAR](#) [Embargo ambiental](#) [Levantamento de embargo](#) 1002907-02.2025.4.01.3908 [Ler completo >](#)
- 16/07** Justiça Federal suspende embargo de 25 anos sobre pequena propriedade rural em Rondônia
Justiça Federal de Rondônia suspende embargo de 25 anos sobre pequena propriedade rural, aplicando IRDR 94 do TRF1, prescrição intercorrente e regime de áreas consolidadas do Código Florestal.
[Área rural consolidada](#) [Embargo ambiental](#) [IRDR 94 TRF1](#) 1016622-83.2026.4.01.4100 [Ler completo >](#)
- 17/07** Justiça suspende embargo de 2003 após IBAMA julgar recurso sem encaminhá-lo à instância superior
Justiça Federal suspende embargo de 2003 após constatar que o IBAMA julgou recurso administrativo sem encaminhá-lo à instância superior, violando o art. 127, §1º, do Decreto 6.514/08.
[Crédito rural e embargo IBAMA](#) [Devido processo legal administrativo](#) [Embargo ambiental](#)
1029022-77.2026.4.01.3600 [Ler completo >](#)
- 20/07** Justiça Federal suspende embargo do IBAMA sobre área com licença municipal válida
Justiça Federal de Paragominas/PA suspende embargo do IBAMA sobre área com licença municipal válida, reconhecendo violação da LC 140/2011 e ausência de vistoria presencial.
[Competência ambiental e LC 140/2011](#) [Embargo ambiental IBAMA](#) [Licenciamento ambiental municipal](#)
1002345-62.2026.4.01.3906 [Ler completo >](#)
- 21/07** Embargo anulado após duas décadas por coordenada geográfica incorreta e ausência de contraditório
Vara Federal de Altamira/PA anulou embargo e auto de infração do IBAMA lavrados com coordenada geográfica errada, mantidos por mais de 20 anos. Decisão reconheceu vício insanável no motivo e no objeto do ato.
[Auto de infração IBAMA](#) [Contraditório administrativo](#) [Coordenadas geográficas](#) 1006253-73.2025.4.01.3903
[Ler completo >](#)
- 22/07** TRF1 mantém levantamento de embargo em área de assentamento rural de subsistência
TRF1 manteve levantamento de embargo sobre área de assentado da reforma agrária, reconhecendo atividade de subsistência comprovada por DAP/PRONAF e documentação do INCRA. Multa de R\$ 412 mil foi mantida.
[agricultura familiar](#) [atividade de subsistência](#) [Decreto 6.514/2008](#) 1002313-06.2020.4.01.3603 [Ler completo >](#)
- 23/07** Morte do autuado e prescrição intercorrente extinguem embargo ambiental no TRF1
TRF1 mantém anulação de auto de infração e embargo ambiental do IBAMA após morte da autuada e prescrição intercorrente, aplicando a tese do IRDR 94 sobre acessoriedade do embargo.
[Auto de infração IBAMA](#) [Embargo ambiental](#) [Extinção da punibilidade por morte](#) 1027854-11.2024.4.01.3600
[Ler completo >](#)

27/07

TRF1 suspende execução fiscal de multa do IBAMA por adesão ao PRA estadual

TRF1 suspende execução fiscal de multa do IBAMA por adesão ao PRA estadual com 95% de recuperação comprovada, mas mantém penhoras até conclusão da regularização ambiental.

código florestal

execução fiscal ambiental

Multa IBAMA

1027669-11.2021.4.01.0000 [Ler completo >](#)

28/07

TRF1 mantém suspensão de embargo em área consolidada ante a inércia do Estado

TRF1 nega apelação do IBAMA e mantém suspensão de embargo ambiental lavrado em 2000, reconhecendo que o produtor cumpriu todas as etapas do PRA a seu cargo e que a inércia estatal não pode ser transferida ao administrado.

cadastro ambiental rural

Embargo ambiental

Inércia estatal

1002904-31.2021.4.01.3603 [Ler completo >](#)

30/07

Mandado de segurança contra embargo ambiental é via temerária

Juíza Federal extingue mandado de segurança contra embargo do IBAMA por inadequação da via. Entenda por que o writ é sempre temerário para impugnar embargos ambientais.

Auto de infração IBAMA

competência ambiental LC 140/2011

Embargo ambiental

1004614-74.2026.4.01.3906

[Ler completo >](#)

TJMT

3 decisões

24/07

TJMT afasta validação prévia do CAR como condição para licenciar piscicultura

TJMT mantém decisão que afasta validação prévia do CAR como requisito para licenciamento ambiental de piscicultura, reconhecendo que a inércia estatal não pode travar atividade de interesse social.

cadastro ambiental rural

Licenciamento ambiental

Piscicultura

1020680-98.2026.8.11.0000 [Ler completo >](#)

29/07

Quando o Estado reconhece o que sempre negou e ainda tenta escapar da sucumbência

TJMT reconhece área rural consolidada após quatro recusas da SEMA/MT e condena o Estado em honorários pelo princípio da causalidade. Caso expõe o gargalo da validação do CAR.

Área rural consolidada

cadastro ambiental rural

Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública

1006194-92.2023.8.11.0007 [Ler completo >](#)

31/07

Prestador de serviços não pode ser autuado por falta de inscrição do imóvel no CAR

TJMT anula auto de infração por falta de CAR lavrado contra prestador de serviços que não era proprietário nem possuidor do imóvel rural. Obrigação cadastral é personalíssima do titular da área.

Ação anulatória SEMA

Auto de infração ambiental

cadastro ambiental rural

1078240-06.2025.8.11.0041

[Ler completo >](#)

2. Os números da fiscalização

Autuações e embargos lavrados em Julho/2026, a partir dos dados oficiais do IBAMA (Dados Abertos) e da SEMA-MT (Transparência).

IBAMA · Brasil autos e embargos — julho/2026**+0,4% vs jul/25****1.392**

Autos de infração

R\$ 339,2 mi

Em multas

417

Embargos

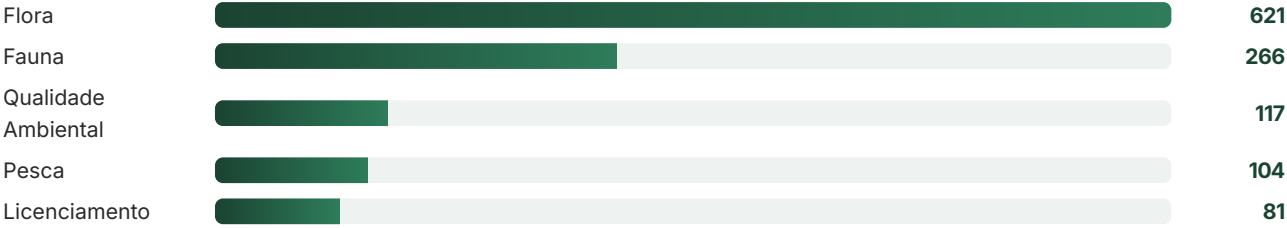
26.855 ha embargados

R\$ 22,6 mi

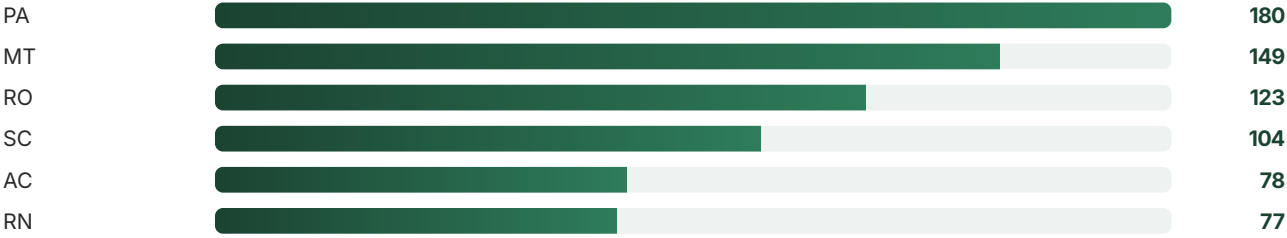
Maior multa

ICAPUI/CE

AUTOS POR TIPO DE INFRAÇÃO



AUTOS POR ESTADO (TOP 6)



SEMA-MT · Mato Grosso autos e embargos — julho/2026

-7,1% vs jul/25

562

Autos de infração

R\$ 73,2 mi

Em multas

305

Embargos

15.918 ha embargados

R\$ 13,8 mi

Maior multa

Marcelândia

Leitura do mês: o IBAMA lavrou **1.392 autos** no país (+0,4% vs jul/2025), com a maior multa em ICAPUI/CE; a SEMA-MT autuou 562 em Mato Grosso. No acumulado do ano: 9.283 autos federais e R\$ 2,63 bi em multas.

3. Notícias do mês

O que aconteceu em Julho e afeta diretamente quem produz e quem é autuado — selecionado e comentado pelo escritório.

CONJUR / STF NOTÍCIAS · 05/07/2026

STF pauta para 12/08 julgamento conjunto das ADIs contra a Lei Geral do Licenciamento Ambiental

O Plenário do STF confirmou para 12 de agosto de 2026 o julgamento conjunto das ADIs 7.913, 7.916, 7.919 e da ADC 102, todas de relatoria do Min. Alexandre de Moraes, questionando a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei 15.190/2025). A Procuradoria-Geral da República já apresentou parecer de 136 páginas propondo procedência parcial das ações.

PONTO NA CURVA / STJ · 17/07/2026

STJ afeta ao rito dos repetitivos a controvérsia sobre conversão de multa ambiental (Tema 1.447)

A Primeira Seção do STJ decidiu afetar três recursos especiais, relatados pelo Min. Paulo Sérgio Domingues, para definir se a conversão de multa ambiental administrativa em prestação de serviços é discricionariedade exclusiva do órgão ambiental ou se o Judiciário pode intervir (Tema 1.447). Enquanto não julgado, cria-se precedente vinculante potencial sobre milhares de autos de infração.

AGÊNCIA BRASIL · 18/07/2026

MapBiomas revela que R\$ 92,4 bilhões em crédito rural foram para áreas com alertas de desmatamento (2019–2025)

O Monitor do Crédito Rural do MapBiomas identificou 831 mil operações de financiamento (15% do total) concedidas a imóveis com alertas de desmatamento ou degradação, somando R\$ 92,4 bilhões. Mato Grosso figura entre os três estados com maior volume financeiro nessas condições, com R\$ 13,3 bilhões. Ressalta-se que alerta de satélite não equivale a

Por que importa: Define se a simplificação do licenciamento valerá para o agro ou se o STF restabelecerá exigências que afetam licenças já concedidas e em andamento.

[Ler na fonte >](#)

Por que importa: Produtores multados pelo IBAMA que pleiteiam conversão de multa em serviços ambientais terão segurança jurídica sobre os limites do controle judicial.

[Ler na fonte >](#)

embargo formal nem a irregularidade comprovada.

Por que importa: Reforça a pressão para que bancos cruzem dados PRODES/DETER antes de liberar crédito, podendo travar financiamentos mesmo sem embargo formal — risco direto ao produtor.

[Ler na fonte >](#)

CANAL RURAL / INFOMONEY · 01/07/2026

Plano Safra 2026/27 entra em vigor com R\$ 525,1 bilhões e juros menores, mas sem definição sobre seguro rural

O Plano Safra 2026/27 entrou em vigor em 1º de julho com R\$ 525,1 bilhões para a agricultura empresarial, crescimento de 1,7% sobre o ciclo anterior. As taxas do Pronamp caíram de 10% para 9% ao ano e os recursos para investimentos subiram para R\$ 140,2 bilhões. O orçamento do Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR), porém, não foi definido.

[Ler na fonte >](#)

MUVUCA POPULAR · 24/07/2026

SEMA-MT endurece rastreabilidade da cadeia madeireira e prevê bloqueio de cadastros irregulares

A SEMA-MT publicou nova regulamentação que amplia o controle sobre a cadeia de produtos florestais em Mato Grosso, prevendo suspensão ou bloqueio de cadastros em caso de irregularidades, fraude, licenças vencidas ou divergência entre estoque físico e dados do sistema. A medida atinge empresas e produtores que comercializam madeira.

[Ler na fonte >](#)

MIGALHAS · 17/07/2026

Migalhas: STJ reúne julgados que fortalecem proteção ambiental no Dia de Proteção às Florestas

Na semana do Dia de Proteção às Florestas (17/07), Migalhas compilou os precedentes recentes do STJ em matéria ambiental, incluindo inversão do ônus da prova, responsabilidade objetiva pela recuperação de áreas degradadas, dano moral coletivo ambiental e dever de fiscalização do Poder Público. A Corte reafirmou princípios de prevenção, precaução e reparação integral.

[Ler na fonte >](#)

CONJUR · 27/07/2026

TJ-SC envia ao STJ controvérsia sobre exigência de perícia em crime ambiental com vestígios

O desembargador José Agenor de Aragão (TJ-SC) admitiu recurso especial como representativo de controvérsia e remeteu ao STJ a discussão sobre a obrigatoriedade de prova pericial para atestar a materialidade de crimes ambientais que deixam vestígios, apontando divergência entre turmas do tribunal superior. A ação envolve madeireira acusada de desmatar floresta nativa da Mata Atlântica.

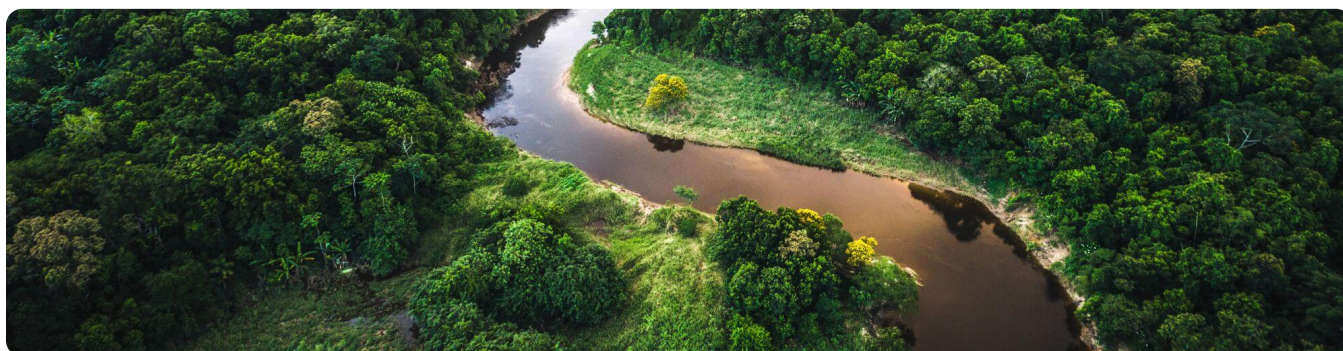
[Ler na fonte >](#)

CONJUR · 25/07/2026

ConJur publica análise sobre o julgamento que vai marcar o licenciamento ambiental brasileiro

Artigo publicado na ConJur detalha que, em julho, a Comissão Tripartite Nacional (Abema, MMA e Anama) alcançou convergência em nove blocos temáticos sobre a regulamentação do licenciamento. O texto destaca que o julgamento no STF fixará os contornos jurídicos do principal instrumento de mediação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental por décadas.

[Ler na fonte >](#)



O **Diovene Franco Advogados** é um escritório especializado em **Direito Ambiental e Direito do Agronegócio**, fundado em **Sinop/MT** — coração do agronegócio brasileiro. Somos referência nacional na defesa de produtores rurais, empresas do CNA, cooperativas, sindicatos, federações e confederações em todas as esferas: administrativa, judicial e consultiva.

O escritório é liderado pelo **Dr. Diovane Franco**, ex-servidor dos **Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões**, mestrando em Ciência Jurídica pela UNIVALI com período na **Universidad de Alicante** (Espanha), **Diretor Jurídico do Instituto de Direito Agroambiental**, membro do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador** e autor pela **Thomson Reuters** da obra **Embargos Ambientais em Áreas Rurais (2025)** — obra pioneira sobre a Teoria Geral do Embargo Ambiental no Brasil —, além de colunista regular em **Migalhas**, **ConJur** e **Compre Rural**.

Como mostram os julgados deste informativo, **boa parte das autuações não se sustenta quando enfrentada com técnica**. Conhecer o caminho certo, no prazo certo, é o que protege o seu patrimônio.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Defesa em autos de infração e multas do IBAMA e SEMA	Desembargo de áreas e suspensão de embargos indevidos	Prescrição de multas e nulidade de autuações
Licenciamento, CAR, PRA e regularização fundiária	Liberação de crédito rural travado por questão ambiental	Crime ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

FALE COM O ESCRITÓRIO

Seu caso merece uma análise especializada

Cada auto de infração, cada embargo por satélite e cada nova regra pode significar a paralisação de uma fazenda ou o vencimento antecipado de uma dívida. Não enfrente sozinho.

ATENDIMENTO DIRETO

(66) 99955-5402

contato@diovanefranco.com.br · diovanefranco.com.br

DIOVANE FRANCO ADVOGADOS

Sinop/MT · Belém/PA · Brasília/DF · Novo Progresso/PA · Rio de Janeiro/RJ

Informativo Julho/2026. Conteúdo informativo, não constitui parecer ou consulta jurídica. Dados de fiscalização: IBAMA (Dados Abertos) e SEMA-MT (Transparência).